

A Câmara dos Deputados a aprovou no dia 10 de julho o projeto que regulamenta a reforma tributária.

Este primeiro projeto estabelece as diretrizes e regras para a implementação dos novos impostos sobre consumo: **Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo.**

Esses novos tributos substituirão cinco impostos atuais: **PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS.**

As bases da reforma foram definidas no fim de 2023, mas ainda faltavam regras adicionais. Agora, o projeto segue para o Senado para aprovação final.

Confira abaixo, os pontos mais importantes decididos nesse primeiro momento:

Qual a importância da Reforma Tributária?

A reforma é crucial, pois redefinirá a estrutura de cobrança de impostos no Brasil, afetando todos os setores da economia, incluindo famílias, empresas, indústrias e produtores rurais.

A transição para o novo modelo será gradual, com implementação completa prevista para 2033. Apesar de a reforma ainda não estar em vigor, sua aprovação já gera expectativas positivas entre investidores e empresários, o que pode favorecer a economia a curto prazo.

Dessa forma, a reforma planeja simplificar o sistema tributário, tornando a cobrança mais justa e eficiente, além de eliminar a cumulatividade dos impostos.

Impactos e detalhes da Reforma

O pacote tributário discutido no Congresso propõe mudanças significativas nos impostos sobre diversos produtos, incluindo medicamentos, energia elétrica e alimentos. O objetivo é garantir que a carga tributária não aumente, mantendo a arrecadação total constante.

Assim, o texto propõe um teto máximo de 26,5% de imposto sobre o preço dos produtos. Alguns itens terão alíquotas maiores, outros menores, mas a média se manterá. A eliminação da cumulatividade dos impostos federais PIS e Cofins é uma mudança importante, isso porque, atualmente, esses impostos são cobrados em várias etapas da cadeia produtiva. Com a reforma, a tributação ocorrerá apenas na venda ao consumidor final, o que deve reduzir custos e aumentar a eficiência.

Produtos e serviços com isenção e redução de impostos

Cesta básica

Os alimentos da cesta básica nacional terão alíquota zero dos novos tributos, visando reduzir o custo desses itens essenciais.

A lista inclui carnes (bovina, suína, ovina, caprina e aves), peixes (exceto salmão, atum e outros específicos), arroz, leite (em várias formas), manteiga, margarina, ovos, feijões, raízes e tubérculos, cocos, café, óleo de soja, farinha de mandioca e trigo, açúcar, algumas massas alimentícias, pão comum, sal de mesa, diversos tipos de queijos, óleo de milho, aveia, hortícolas (exceto cogumelos e trufas), frutas frescas ou refrigeradas, plantas e produtos de floricultura para fins alimentares, medicinais ou ornamentais.

Produtos com desconto de 60%

Alguns produtos terão um desconto de 60% sobre a alíquota dos novos impostos, incluindo crustáceos (exceto lagostas e lagostim), leite fermentado, bebidas lácteas, mel, mate, várias farinhas, tapioca, alguns tipos de massas, sucos naturais sem adição de açúcar ou conservantes, polpas de frutas, pão de forma, extrato de tomate e outros óleos vegetais.

Cashback de impostos

O mecanismo de devolução de impostos, conhecido como "cashback", será destinado a famílias inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) com renda per capita de até meio saláriomínimo.

O cashback será aplicado aos tributos sobre consumo de energia elétrica, água, esgoto e gás natural, com devolução de 100% da CBS e 20% do IBS. A ideia é cobrar o imposto na compra e devolver uma parte significativa para as famílias de baixa renda, aliviando o impacto financeiro desses tributos.

Imposto Seletivo

O Imposto Seletivo, também chamado de "imposto do pecado", será aplicado a produtos considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

Este imposto terá uma alíquota maior que a padrão, estimada em 26%, para desestimular o consumo desses produtos. A lista inclui cigarros, bebidas alcoólicas, bebidas açucaradas, embarcações, aeronaves, extração de minério de ferro, petróleo, gás natural, apostas e carros elétricos.

A inclusão de armas e munições foi discutida, mas não foi aprovada. Para minérios de ferro, a alíquota será limitada a 0,25%, e haverá um escalonamento das alíquotas de bebidas alcoólicas até 2033.

Redução de impostos para remédios

A nova versão da reforma estabelece uma redução de 60% nos impostos para todos os medicamentos registrados na Anvisa ou fabricados por manipulação. Originalmente, apenas uma lista específica de medicamentos tinha redução de impostos, mas agora o benefício se estende a todos os medicamentos não isentos.

Há uma lista de 383 medicamentos completamente isentos de impostos, e produtos para saúde menstrual, como absorventes, também terão isenção total. Produtos de higiene pessoal e limpeza, como papel higiênico e escovas de dentes, terão alíquota reduzida em 40%.

Regras para imóveis

As operações com imóveis terão uma alíquota de 26,5%, mas com descontos significativos: uma redução de 40% para a compra e venda de imóveis e de 60% para locação, cessão onerosa e arrendamento de bens imóveis.

Isso visa reduzir o impacto financeiro dessas transações e incentivar o mercado imobiliário.

Redução de impostos para pets

Medicamentos, vacinas e soros de uso veterinário terão uma redução de 60% nos novos tributos, significando que pagarão apenas 40% da alíquota padrão da CBS e IBS. Além disso, planos de saúde para pets também foram beneficiados, com uma alíquota reduzida em 30%.

Teto para a carga tributária

Para garantir que a carga tributária não ultrapasse os 26,5%, um mecanismo de controle será implementado a partir de 2033, quando as novas regras estarão totalmente em vigor. Se a tributação ultrapassar esse teto, o governo deverá enviar um novo projeto de lei para revisar benefícios fiscais e ajustar a carga tributária.

Profissionais liberais, que atualmente têm desconto de 30%, e setores com descontos maiores, como medicamentos, poderão ter seus benefícios revisados para manter a carga tributária dentro do limite estipulado.

Aplicabilidade

Vale lembrar que a previsão da efetiva mudança das regras da reforma tributária serão de forma escalonada nos próximos anos, e todos seus efeitos serão aplicados ao longo do tempo.

Soluções HLB Brasil

Diante das mudanças significativas trazidas pela reforma tributária, a HLB Brasil oferece uma ampla gama de soluções em consultoria tributária.

Nossa equipe de especialistas está pronta para ajudá-lo a compreender e se adaptar às novas regulamentações, garantindo que sua empresa esteja preparada para as transformações no sistema tributário.